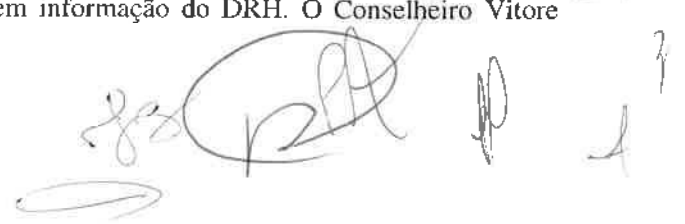


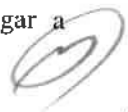
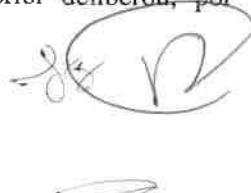
ATA DA 198ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos trinta dias do mês de julho do ano dois mil e dez, na sala de reuniões da sede administrativa da Defensoria Pública, localizado na Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Ana Carolina Franzin Bizarro, Vitore André Zílio Maximiano, substituindo a Conselheira Denise Nakano Veronezi, Luis Cesar Rossi Francisco, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Bruno Dias Napolitano, Fabiana Botelho Zapata, José Moacyr Doretto Nascimento, Franciane de Fátima Marques, Juliana Garcia Belloque, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antonio de Avellar e, na condição de representante da APADEP, Rafael Morais Portugues de Souza. Ausente justificadamente o Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min. A Presidente encaminhou a ata da 196ª sessão ordinária do Conselho Superior para aprovação. Aprovada por unanimidade. Passou-se às Comunicações da Presidência. A Presidente informou que o processo de fornecimento de certificações digitais aos Defensores e Servidores foi concluído e que a Administração Superior vai verificar uma forma de aperfeiçoar a atuação do Núcleo de Segunda Instância em Brasília com a nova tecnologia. Informou que as fotos da posse ficaram prontas e serão encaminhadas a cada Conselheiro. Comunicou que a obra da Rua Boa Vista, nº 200 no que tange a sistematização foi concluída e que a única pendência é a reforma dos elevadores. Informou que a mudança poderá ser realizada a partir de 17 de agosto e prestou informações sobre a sala destinada ao Conselho Superior. Noticiou que a folha de pagamento que será rodada pela Instituição a partir de janeiro de 2011. Relatou sua visita a Regional de Presidente Prudente. Não havendo mais comunicações da Presidente, passou-se as comunicações da Secretaria. A secretária solicitou aos Conselheiros esclarecimento quanto ao momento adequado de disponibilização dos votos no Portal da Defensoria. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade que os votos devem ser postados após a discussão de processo pelo colegiado ou quando houver, excepcionalmente, solicitação em sentido contrário pelo Conselheiro relator. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. O Conselheiro Pedro, representando a Vereadora Edna Flor, Presidente da Câmara Municipal de Araçatuba entregou a Presidente do Conselho Superior um quadro e uma moção com votos de aplausos pelos desafios publicamente assumidos pela Defensoria Pública e informou que a Regional de Araçatuba também foi congratulada. As Sras. Luciana Rosa Campos, Maria Amélia Santos Alencar e Dulcelina Vasconcelos Xavier solicitaram ampliação da atuação de Defensores nos Juizados de Violência Doméstica da região do Embu, Taboão da Serra e São Bernardo do Campo, respectivamente. A Sra. Maria Amélia questionou sobre a situação de um termo assinado pela Defensoria Geral na gestão anterior, referente a um convênio para atuação na cidade nessa área. A Presidente informou que o processo aguarda manifestação da 2ª Subdefensoria. O Sr. Márcio Carvalho, oficial da Defensoria Pública, manifestou sua satisfação em trabalhar na Defensoria Pública e defendeu a necessidade de regulamentação de gratificações aos Oficiais de Defensoria. A Presidente informou que está agendada para segunda-feira uma reunião com o Secretário da Casa Civil para tratar da gratificação para os Servidores. A Defensora Pública Leila Rocha Sponton prestou apoio a colega Juliana do Val Ribeiro e discursou sobre seu trabalho de excelência. O Defensor Aparecido Eduardo dos Santos, coordenador da Regional de Osasco, disse que a Regional está disposta a atuar nos casos mais graves de Taboão e de Embu, já que não é possível atuar em todos os casos. Disse, ainda, que a Regional prepara uma proposta de deliberação ao Conselho, para que a Regional de Osasco seja subdividida e criada a unidade de Taboão da Serra. Solicitou inversão a ordem do dia pra iniciar pelo CSDP nº 271/10 e defendeu a abertura do concurso regionalizado em Osasco. A Defensora Pública Amanda Polastro veio agradecer a presença das representantes da sociedade civil e indagou sobre o desconto de quase 70% na folha de pagamento, com relação às gratificações de coordenadores, sem informação do DRH. O Conselheiro Vitore



informou que teve conhecimento do tema ontem à noite e registrou as providências adotadas. Rafael Português, representante da Apadep, defendeu que os descontos sejam realizados de modo parcelado e questionou a atuação do DRH no episódio. Daniela disse estar preocupada com a situação e apontou que o Defensor Luiz Felipe Azevedo, coordenador auxiliar da CGA, tentou conversar por telefone pessoalmente com todos os Defensores prejudicados, para repassar a posição da administração, além de tratar diretamente sobre o assunto perante a Secretaria da Fazenda. José Moacyr pontuou que sobre as gratificações incidiram os descontos de Imposto de Renda e Iamspe e, já que as gratificações estão sendo descontadas, é necessário o ressarcimento daqueles valores. Vera Cavalli, Defensora da Regional São Carlos, sugeriu a realização de uma auditoria para evitar novos equívocos. Juliana Belloque sugeriu que, caso o DRH não consiga reverter a situação, a Apadep ajuíze uma ação com pedido de antecipação de tutela. O Defensor Geraldo Sanches Carvalho demonstrou sua preocupação com os prejuízos que Defensores possam ter ao atingir o subteto da carreira com relação às gratificações e defendeu sua proposta de deliberação que substitui as gratificações por compensações, que a seu ver geraria uma economia maior do FAJ. Geraldo relatou ter tido dificuldades para obter informações perante o DRH para elaboração de sua proposta. A Presidente informou que está sendo realizada uma pesquisa sobre a atuação do DRH para possibilitar a melhora daquele departamento. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos conselheiros. A Conselheira Luciana Zaffalon agradeceu o movimento social pela presença e solicitou inversão a ordem dos trabalhos para votar o processo protocolado pelo NUDEM. Manifestou sua satisfação pela aprovação do Plano Anual de Atuação e disse estar preocupada com a situação dos moradores do Jardim Oratória, pois, apesar de propositura de uma ação coletiva pelo Núcleo de Habitação e Urbanismo, possuem outras demandas individuais graves para serem resolvidas. A Presidente informou que irá agendar reunião com a Secretaria da Justiça para tratar do assunto. Os Conselheiros José Moacyr e Franciane Marques questionaram sobre reunião ocorrida na Regional Marília. A presidente relatou a reunião sobre a triagem que seria feita pelos Defensores na cidade de Ourinhos. A proposta inicial seria o pagamento de gratificação de 5% dos vencimentos de nível I por plantão realizado e os mesmos não aceitaram. O Conselheiro Octavio sugeriu a continuidade do Grupo de Trabalho dos Servidores. O Defensor Público Luiz Felipe, coordenador auxiliar da CGA informou que os trabalhos do Grupo serão retomados no mês de agosto. A Conselheira Luciana indagou sobre o pagamento de uma estagiária de direito que não está recebendo a bolsa auxílio. O Conselheiro Vitore informou que pode estar havendo problemas com o CADIN, já que a Fazenda não faz pagamento a quem está inscrito no cadastro. O Conselheiro Bruno indagou a abertura do concurso de promoção do nível II para o nível III. A Presidente indagou aos Conselheiros sobre a publicação do ato de abertura de inscrição esta semana. Aprovado. O Conselheiro Pedro sugeriu inversão à ordem do dia para votar primeiro os processos que dizem respeito às pessoas presentes na sessão. Aprovado. CSDP nº 260/10. Interessado: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher e outros. Assunto: Proposta de Criação de Cargos para atuação nos juizados de violência doméstica e familiar. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselheiro relator proferiu a leitura do voto. O Conselheiro votou pelo não acolhimento para que a Defensoria junte aos autos o anexo de atribuições específicas da deliberação CSDP nº 143/09, sem o qual não se pode votar. O Conselheiro Pedro informou que o mais importante já consta na deliberação 143/10 que fixa a atuação na área de violência doméstica. A Conselheira Luciana Zaffalon fez pedido de vista. Vista concedida. CSDP nº 292/10. Interessado: Apadep. Assunto: Revisão do ato que declarou insubsistente a inscrição da Defensora Pública Juliana do Val Ribeiro. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A conselheira relatora proferiu a leitura do voto. A presidente encaminhou a discussão. O representante da Apadep manifestou-se solicitando a anulação do ato. A Presidente manifestou que a Defensoria Geral tem todo interesse na manutenção da interessada na carreira tanto pela competência da mesma quanto pela necessidade da carreira. Lembrou que o Conselho Superior já se debruçou anteriormente sobre a questão e na oportunidade não conheceu o pedido. Afirmou que se o recurso de apelação do mandado de segurança for decidido em favor da interessada, a Procuradoria Geral do Estado poderá ser instada a não recorrer aos Tribunais Superiores e disse que não via possibilidade de anulação de

um ato vinculado às regras anteriormente estabelecidas pelo edital, sob o risco de impugnação de todo o concurso público realizado, pois a situação poderia se estender para pessoas que deixaram de se inscrever no concurso porque se encontrava na mesma situação de comprovação de tempo de estágio. Manifestou sua preocupação a violação ao princípio da impessoalidade por estarem favorecendo um colega e desfavorecendo os demais candidatos que não se inscreveram por conta do requisito. O Conselheiro Vitore defendeu que o edital de abertura de vagas não permite mais de uma interpretação. Ressaltou que a anulação do ato colocaria em risco a segurança jurídica dos concursos realizados pela instituição. O Defensor Público Rafael Portugues opinou pela nulidade do ato. A Conselheira Juliana Belloque disse que gostaria de ter um argumento jurídico contundente a favor de Juliana, mas que a solução para o problema não pode partir de atributos pessoais da Defensora. O Conselheiro Pedro Avellar citou a Lei 988/06 para apontar que cabe ao Conselho a abertura e regulamentação de concursos de ingresso na carreira e opinou que, por haver decisão judicial favorável à Defensora, seria possível defender sua permanência na carreira. O Conselheiro José Moacyr informou que a publicação de comunicado pela Presidente da Banca Examinadora do certame que explicitava os requisitos para posse ocorreu logo após a publicação do edital, o que possibilitou aos candidatos que observassem tais prescrições. A Presidente questionou o impedimento dos Conselheiros Pedro Avellar e Franciane, já que foram componentes da Banca Examinadora. O Conselheiro Pedro não se declarou impedido e sugeriu a prorrogação do processo para a próxima sessão, já que o julgamento do mandado de segurança está próximo. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 271/10. Interessado: Aparecido Eduardo dos Santos. Assunto: Concurso regionalizado de Estagiários de Direito para a Regional de Osasco, unidades: Osasco e Carapicuíba. Relatora: Conselheira Ana Carolina Franzin Bizarro. A Conselheira relatora proferiu a leitura do voto. Votou pela autorização da realização do concurso regionalizado. O Conselheiro Pedro concordou com o voto e defendeu a realização de concursos regionalizados, principalmente nas regionais do interior. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a realização do Concurso Regionalizado para Seleção de Estagiários de Direito para a Regional de Osasco. CSDP nº 285/10. Interessado: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/2006. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta de alteração, de acordo com a Deliberação CSDP nº 184, de 30 de julho de 2010. CSDP nº 225/10. Interessado: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – NUDEM. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 109/2008, que trata das gratificações. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto revisor do Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano, aprovar a proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 179/10. CSDP nº 261/10. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06. Relatora: Conselheira Ana Carolina Franzin Bizarro. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/10. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de Regulamentação da Remoção de Defensores Públicos mediante permuta. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/10. Interessado: Antonio José Maffezoli Leite. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 109/08, que regulamenta a gratificação. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 264/10. Interessado: Antonio José Maffezoli Leite. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06, que regulamenta o Regimento Interno do Conselho Superior. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 265/10. Interessado: Antonio José Maffezoli Leite. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 139/09, que regulamenta as atribuições das Defensorias de Tutela Coletiva no âmbito das Regionais. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a




discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 273/10. Interessado: Unidade de Araraquara. Assunto: Pedido de alteração da atribuição funcional da 4ª Defensoria Pública da Unidade. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 382/08. Interessado: Antonio José Maffezoli Leite. Assunto: Proposta de anteprojeto de lei de alteração da Lei Complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 268/10. Interessado: Thais de Campos e Juliane Tagami. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (atribuições de Defensores Públicos). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/10. Interessado: Geraldo Sanches Carvalho. Assunto: Proposta de Deliberação que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados pelo exercício cumulativo de cargos e funções de execução. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 272/10. Interessado: Unidade de Atendimento Inicial Família. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 30/2007, que trata dos estagiários de direito. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP-CEAEP nº 005/08. Interessada: Vanessa de Castro Rosa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. A Conselheira Fabiana Botelho Zapata proferiu a leitura do voto vista. A presidente encaminhou a discussão. A Conselheira Juliana levantou dúvidas com relação à concordância do voto, já que nele há a proposta de representação de colega e sindicância na regional. A conselheira Ana Carolina se absteve de votar em razão de seu cargo como corregedora. O conselheiro Octavio defendeu a abertura de sindicância. O Conselheiro Vitore solicitou vista dos autos. Vista concedida ao conselheiro Vitore. CGDP-CEAEP nº 111/08. Interessado: Rodrigo Cesar Jeronymo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. Retirado de pauta, tendo em vista sua inserção equivocada. CGDP-CEAEP nº 025/10. Interessado: Felipe Capra da Cunha Lopes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 010/08. Interessado: Anísio Vieira Caixeta Junior. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP-CEAEP nº 032/08. Interessado: Filovalter Moreira dos Santos Júnior. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP-CEAEP nº 100/08. Interessada: Juliana Araujo Lemos da Silva Machado. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação da interessada na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP-CEAEP nº 011/08. Interessado: Fabio Mantovan dos Santos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP-CEAEP nº 018/08. Interessado: Clarissa Portas Baptista da Luz. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação da interessada na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP-CEAEP nº 042/08. Interessado: Renan Oliveira Zanetti. Assunto: Defensor Público

em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo trinta dias do mês de julho do ano de 2010.


Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente


Ana Carolina Franzin Bizarro
Conselheira


Vitore André Zílio Maximiano
Conselheira


Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro


Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



Fabiana Botelho Zapata
Conselheira


Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro


Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Juliana Garcia Belloque
Conselheira


José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro


Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro


Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro


Rafael Morais Portugues de Souza
Representante da Apadep